XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

A terra, uma promessa, o trabalho, a garantia: a precariedade do acesso à terra através da parceria público-privado em assentamento rural no estado do Piauí, Brasil

Land, a promise, work, guarantee: the precariousness of access to land through the public-private partnership in rural settlement in the state of Piauí, Brazil

Maria Elza Soares da Silva[1]
elzasoarespi@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

[1] Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFRGS. Oreintada pela prof. Dr. Marilia Patta Ramos.

XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O artigo procura analisar algumas dimensões da distribuição de terras para fins de reforma agraria privada à luz da experiência do assentamento público-privado da Fazenda Santa Clara, no estado do Piauí. Esse assentamento é resultado da parceria entre Governo estadual e agroindústria do biodiesel. A proposta do assentamento era produzir oleaginosas em escala comercial para atender a demanda de matéria prima para as usinas processadoras e conceder a titularidade dos lotes da fazenda para as famílias de agricultores sem terras, que permanecessem na parceria rural vigente, por no mínimo, dez anos. O material empírico utilizado para esse artigo é resultado da pesquisa de mestrado[2] na qual utilizou-se o método etnográfico e da pesquisa de doutorado que encontra-se em andamento. Essa experiência de distribuição de terras com fins de reforma agrária, cuja contrapartida dos agricultores é a mão de obra disponível na família, desencadeou uma série de tensões conflitos sociais, resultando assim, na adoção de estratégias de resistências por parte dos agricultores que não se adaptavam a um calendário agrícola voltado exclusivamente para o mercado dos agrocombustíveis. Esse estudo demonstrou que a proposta de integração da agricultura familiar à agroindústria do biodiesel no Piauí alterou significativamente a relação desses pequenos agricultores com o trabalho, mercado, alimentação e acesso à terra. Dez anos se passaram e, a promessa de demarcação e regularização dos lotes ainda não se cumpriu. As famílias continuam vivendo no assentamento, mas enfrentando dificuldades para se manter na área, uma vez que, não são mais parceiros rurais da empesa parceiras, nem forma reconhecidos como assentados da reforma agrária e, tampouco, proprietários dos lotes. Por fim, o referente estudo demonstrou que o modelo de assentamento não atendeu à urgente necessidade de distribuição de terras a qual demanda o estado do Piauí e demonstrou dificuldades para manter o agricultor de base familiar na cadeia produtiva dos bicombustíveis.

Palavras-chave: Reprodução social. Biodiesel. Acesso à terra. Assentamento rural.

This paper analyzes some dimensions of land distribution for the purposes of private agrarian reform in light of the experience of the public-private settlement of Santa Clara Estate in the state of Piauí. This settlement is the result of the partnership between state government and biodiesel agroindustry. The settlement proposal was to produce oilseeds on a commercial scale to meet the demand for raw material for processing plants and to grant ownership of the farm lots to the families of landless farmers who remained in the rural partnership in force for a minimum of ten years. The empirical material used for this article is the result of the master's research in which the ethnographic method and the doctoral research that is in progress were used. This experience of land distribution for the purposes of agrarian reform, whose counterpart of the farmers is the labor

[2]Etnografia da Terra Prometida: trajetórias sociais, conflitos e Cotidiano dos/as camponeses/as parceiros/as da Brasil Ecodiesel. O caso da Fazenda Santa Clara, no Piauí

available in the family, triggered a series of social conflicts tensions, resulting, in this way, in the adoption of strategies of resistance by the farmers who did not adapt to an agricultural calendar focused exclusively on the agrofuels market. This study demonstrated that the proposal of integrating family farming to the biodiesel agroindustry in Piauí significantly altered the relationship of these small farmers with labor, market, food and access to land. Ten years have passed and the promise of demarcation and regularization of lots has not yet been fulfilled. Families continue to live in the settlement, but they are having difficulties to stay in the area, since they are no longer partner partners of the partnership, nor are they recognized as settlers of agrarian reform, nor are owners of the lots. Finally, the referential study showed that the settlement model did not meet the urgent need for land distribution that the state of Piauí demands and demonstrated difficulties in keeping the family-based farmer in the biofuels production chain.

Keywords: Social reproduction. Biodiesel. Access to land. Rural settlement.

I- Introdução

O governo do estado do Piauí em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e com a iniciativa privada implementou no ano de 2005 um projeto piloto de assentamento, por eles denominado de Assentamento Público-Privado. A ideia central que norteou a construção do assentamento foi a promessa de distribuição de terras para agricultores familiares sem terras, bem como, dar-lhes condições de produção agrícola para a reprodução do grupo familiar.

Umas das singularidades dessa experiência é que o projeto foi reconhecido como um programa específico de distribuição de terras denominado pelos idealizadores como: reforma agrária privada. Destarte, é necessário esclarecer que esse entendimento de reforma agrária se deve à promessa de doação da titularidade das terras da fazenda para as famílias que permanecessem, no mínimo, dez anos produzindo mamona para atender à demanda da agroindústria parceira conforme contrato de parceria assinado entre a iniciativa privada e as famílias de agricultores.

O Assentamento foi construído nas terras da antiga Fazenda Caju Norte[3] situada no município de Canto do Buriti, semiárido do estado do Piauí. Assim, passou a ser conhecido, nacionalmente, pelo nome de Núcleo de Produção Santa Clara (NPSC)- experiência piloto referência para o alcançe da meta social do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel –

3 Área ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no ano de 1990.

PNPB que, no desenho inicial da política pública, previa a inclusão de 200 mil agricultores familiares pobres na cadeia produtiva do biodiesel.

Uma empresa de capital aberto no ramo do agrocombustíveis investiu recuros de fananciamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES para a instalação da infraestrutura básica para assentar 639 famílias de agricultores sem terras nas 36 mil hectares de terras agricultáveis doadas pelo Governo do estado do Piauí à referida empresa.

O contrato de exploração comercial das terras do NPSC previa que, por um período de dez anos consecutivos a empresa parceira arcaria com os custos de investimento em energia, agua potável, serviços de atendimento básico à saúde, educação infantil, fundamental e médio, bem como, concedería mensalmente um valor correspondente ao adiantamento de safra pela produção de mamona. Esses contratos, ao longo dos anos, foram se alterando de acordo com os interesses comerciais da empresa parceira e, sempre, negligenciando os direitos dos agricultores assentados na condição de parceiros rurais.

Para o levantamento dos dados empíricos empregados nessa reflexão adotei o método etnográfico durante a pesquisa de mestrado[4] e o método quali-quanti, pesquisa em andamento, para a tese de doutoramento- que denominei de campo revisitado. O retorno ao campo de pesquisa, iluminado pelo reencontro com os atores sociais de outrora, que resistem, bravamente, pela permanência de suas famílias nas terras do NPSC, matizou novas questões capazes de nos ajudar a compreender melhor os desafios de uma política pública estadual que se propos a resolver a exiguidade de Reforma Agrária com a sujeição dos agricultores ao capital da agroindústria para adquirirem um pedaço de terra para chamar de seu.

O artigo está dividido em três partes, além dessa introdução e das conclusões: a primeira parte, contempla o debate sobre a transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, quando se trata a distribuição de terras para fins de Reforma Agrária. A segunda, reflete-se sobre a capacidade do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) de incluir os agricultores familiares pobres na cadeia produtiva do biodiesel no semiárido do Piauí, atentando

[4] Dissertação de mestrado intitulada "Etnografia da terra prometida: trajetórias sociais, conflitos e cotidiano dos/as camponeses/as parceiros/as da Brasil Ecodiesel - O caso da Fazenda Santa Clara, no Piauí", defendida em 2011, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí.

para a singularidade desse assentamento que, teoricamente, não está em consonância com o que, conceitualmente, se reconhece por assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil. Na terceira parte discorremos sobre a sujeição dos agricultores familiares ao mercado dos biocombustíveis para terem acesso ao título dos lotes das terras que eram do Estado e foram doadas para a iniciativa privadas. Por último, sintética conclusões com os principais pontos de conflitos que emergiram dessa proposta de desenvolvimento rural, distribuição de terras, e acesso ao mercado dos biocombustíveis a partir da inclusão da produção familiar no mercado do biodiesel, tendo como núcleo duro da política pública dos biocombustíveis, a parceria entre agricultores familiares e a agroindustria do biodiesel.

II -Assentamento Público-Privado: o Estado transferindo responsabilidades para a iniciativa privada?

A questão agrária no Brasil é atualmente objeto de uma intensa disputa de interesses e estratégias bastante diferenciadas. De um lado, observamos um período de consolidação dos projetos de assentamentos rurais que, mesmo sem promover uma ampla e radical reforma agrária, proporcionaram impactos importantes nas regiões onde os mesmos foram implantados (ver, por exemplo, LEITE et al., 2004). Ainda que nos últimos cinco anos o programa de reforma agrária tenha diminuído sensivelmente seu ritmo, seja pelo número de famílias assentadas, seja pelo número de novos projetos de assentamento criados, é inquestionável o fato de que o acesso de um contingente não desprezível de famílias sem terra às áreas “reformadas” representa um acúmulo importante no contexto das transformações observadas no meio rural brasileiro, como bem apontaram Palmeira e Leite (1998).

Indagamos, constantemente, sobre o alcançe da reforma agrária enquanto política pública de desconcentração fundiária que oportuniza aos trabalhadores rurais desenvolverem seus projetos de vida, convivendo com dignidade em áreas destinadas para fins de assentamentos rurais. Contudo, ao nos referirmos à política de acesso a terras para efeito de Reforma Agrária, entendemos que a experiência de assentamento rural no NPSC corresponde a um modelo, cujo Estado transfere para a

iniciativa privada a responsabilidade de assentar e conceder a titularidade dos lotes da Fazenda ao término do contrato de parceria rural.

As preocupações imediatas dos agricultores que geralmente são assentados em projetos de Reforma Agrária promovidos pelos Estados e/ou União é a de ampliação da experiência de produção familiar e construção de novas estruturas sociais. Assim, é corriqueiro que nesse novo espaço em formação, muitos assentados priorizam, a principio, cultivar gêneros alimentícios para a sua subsistência e posteriormente para o mercado. Dessa forma, entende-se que a conquista da terra possui significados que estão visceralmente ligados à reprodução social do grupo familiar.

Contudo, essa aspiração não se concretizou no assentamento do NPSC. Após a doação das terras para a iniciativa privada construir o assentamento, o Estado transferiu toda a responsabilidade com o assentamento das famílias de agricltores para a empresa parceira. Mesmo diante das constantes manifestações dos assentados para chamar a atenção do Governo do estado para a situação de exploração da mão de obra das famílias e pelas constantes proibições de cultivos de generos alimentícios, ainda assim, o Estado se manteve omisso.

O assentamento rural do NPSC se analisado na perspectiva da definição de projeto de assentamento rural para o Estado brasileiro, percebe-se os desencontros que consideramos um verdadeiro desserviço à Reforma Agrária nesse modelo de assentamento que denominaram de público-privado. Para a política fundiária projeto de assentamento é:

> Um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à reforma agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos a cerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivencia e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica , social e cultural do trabalhador rural e de deus familiares (Brasil, 2004, p.148)

Nesse sentido, pareceu-me procedente refletir sobre o formato de intervenção pública que marcam a implantação dos projetos de assentamentos rurais no Brasil para compreendermos a configuração assumida pelo assentamento do NPSC, uma vez que, as atuais teorias sobre assentamentos rurais no Brasil, não dão conta de explicar esse modelo de distrubuição de terras

adotado pelo Governo do estado do Piauí conforme artigo 6º da lei estadual n. 533/ de 15 de outubro de 2003.

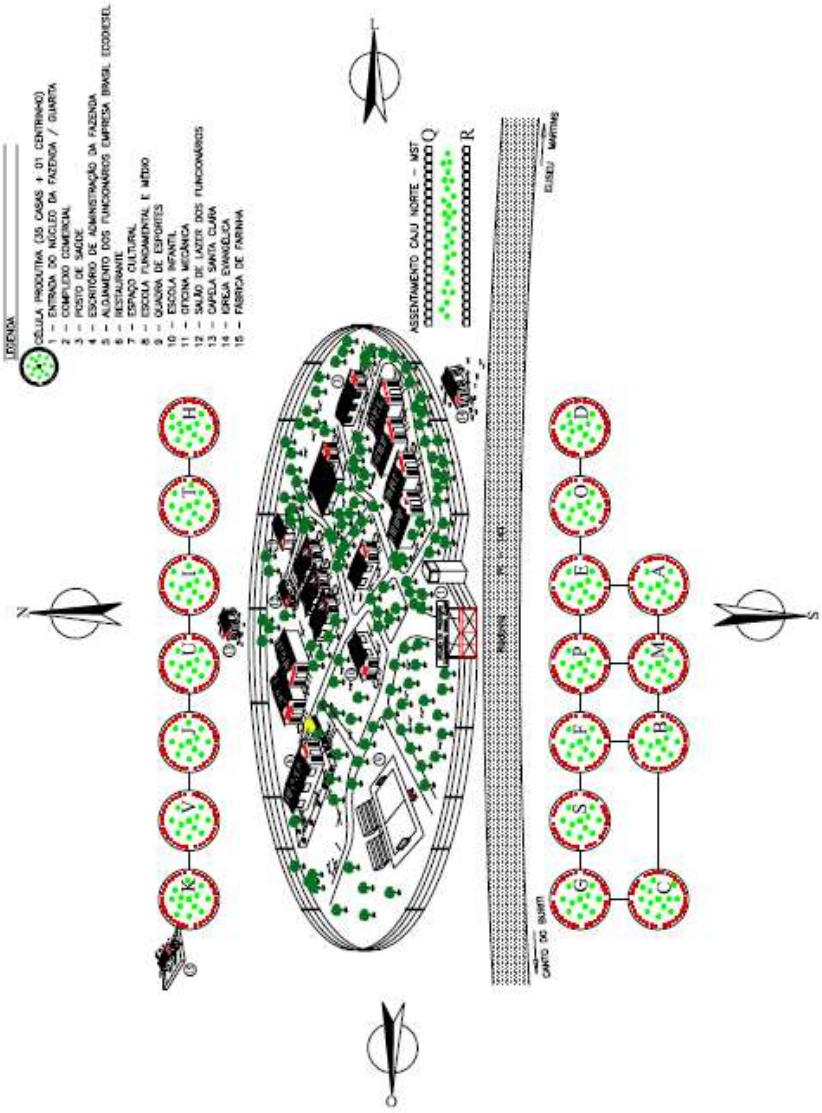
De acordo com Leite (2013) do ponto de vista normativo, assentamentos podem ser conceituados da seguinte maneira:

> Projetos de Reforma Agrária com base nos instrumentos de desapropriação por interesse social de imóveis rurais que não cumprem sua função social; reassentamentos derivados da realocação da população rural em razão da construção de usinas hidrelétricas, especialmente durante os anos 1980; projetos de colonização dentro do programa oficial de colonização ocorrido, sobretudo, no período de 1970-1985; projetos de valorização das terras públicas , fruto da ação dos distintos governos, principalmente, estaduais na utilização de recursos fundiários públicos para fins de Reforma Agrária, prática em voga durante os anos 1980 e inicio dos anos 1990; e, ainda, reservas ou projetos especiais de assentamento, os chamados projetos ambientais (LEITE, 2013, p.110)

Para o autor, os assentamentos rurais representam uma estratégia marcante na constituição dos projetos de reforma agrária no Brasil. Não obstante, reafirmamos que assentamento do NPSC além de não esatr de acordo com a literatura vigente sobre assentamentos rurais da reforma agrária, também não resolveu, até o momento, a distribuição dos lotes do assentamento, reconhecendo-os como assentados da Reforma Agrária. A expectativa dos agricultores parceiros quanto ao acesso à titularidade dos lotes das terras do NPSC por intermédio de parceria público-privada foi sucedida pelo dilema de ficar ou sair por falta das condições básicas para permanencia na área.

Não podemos perder de vistas a extensão territorial do NPSC. As famílias estão distribuídas em 36 mil hectares através de células de produção que, também , são residências e, conforme ilustrado no mapa etnográfico (figura 1) parte significativa das células estão submetidas a um verdadeiro isolamento geográfico, tanto pela distancia entre as células, bem como pelo precariedade do acesso das estradas de areia, que em períodos chuvosos, impedem as familias de se deslocarem para reaalizarem atividades básicas como ir a casa de um vizinho. O projeto de assentamento, contemplava 35 casas em cada célula no formato circular para facilitar a vigilancia dos agricultores por parte dos técnico da empresa.

Figura 1: Mapa etnográfico da estrutura física do Assentamento do NPSC



Fonte: Elaboração da autora 2010, atualizado 2017.

II - O PNPB: uma política pública apropriada para inclusão agricultores familiares pobre na cadeia produtiva do biodiesel?

Nos últimos 30 anos o Brasil tem se destacado no cenário mundial como referência na produção de biocombustíveis. O etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil, por exemplo, é considerado um bicombustível avançado no que diz respeito ao uso de tecnologias sustentáveis e aos investimentos em pesquisas. Mas, na dimensão social, o PROÁLCOOL não conseguiu incluir os agricultores pobres[5] na cadeia produtiva desse bicombustível. Pelo contrário, a participação da agricultura familiar brasileira se deu na condição de boias-frias,[6] com a exploração de mão-de-obra e precarização do trabalho (WANDERLEY, 1998).

Dada a urgência global para minimizar os impactos causados pela primeira crise do petróleo na década de 1970, o Governo brasileiro incentivouo desenvolvimento de projetos que pudessem assegurar a produção de bioetanol para atender à demanda do setor automobilístico e aquecer a economia do setor agroindustrial.

Nesse cenário, o biodiesel não se apresentava como um combustível com potencial de escala de produção e com característica comercial capaz de contribuir com o desenvolvimento agrícola e o fortalecimento dos complexos agroindustriais sucroalcooleiros do Brasil. Embora já existissem pesquisadores empenhados em pesquisas para a produção de biodiesel e bioquerosene no final da década de 1970, a ideia não ganhou espaço na arena de disputas das políticas públicas de produção de biocombustíveis. Somente com a mudança no cenário político na década de 2000 os empreendedores de políticas públicas conseguiram inserir na agenda do governo o debate sobre a importância do biodiesel entrar na Política Nacional dos Biocombustíveis.

Dessa forma, foi a partir das discussões recentes sobre alternativas de fontes renováveis para a matriz energética do Brasil que os empreendedores de políticas públicas concluíram, com base em estudos solicitados pela Casa Civil do Governo Federal, que o biodiesel extraído da mamona seria

[5] Para o PNPB, agricultores pobres são aqueles que possuem renda ½ salário mínimo (dimensão econômica).
[6] Trabalhador rural itinerante que se ocupa em tarefas temporárias sem vínculos empregatícios.

uma alternativa viável, com possibilidade de geração de renda no campo, e inclusão dos agricultores pobres na cadeia produtiva dos bicombustíveis.

No ano de 2005 o Brasil aprova o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB. Este é considerado um programa interministerial que objetiva produzir biodiesel para a matriz energética de forma sustentável, dando ênfase na dimensão social do programa que é a inclusão social de agricultores familiares pobres e desenvolvimento regional com a geração de emprego e renda. O referido programa é identificado por quatro forças motrizes: 1) a redução da importação de petróleo e derivados, o que é tanto econômica quanto geopoliticamente estratégico; 2) a mitigação das mudanças climáticas e a redução das emissões poluentes causadas pela combustão de óleo diesel; 3) a expansão agrícola; e 4) a inclusão social (MDA, 2005).

A regulamentação do PNPB representou um marco nas políticas de produção de biocombustíveis no Brasil, uma vez que a formulação da política já previa a participação de um segmento importante da agricultura no Brasil que, de certa maneira, sempre foi negligenciado pelas políticas públicas rurais. Para a sua implementação, houve um esforço do Governo para mobilizar parcerias entre as indústrias processadoras do biodiesel e os agricultores familiares visando atender os percentuais de uso compulsório do biodiesel na matriz energética brasileira. Este empenho governamental se fez necessário porque o mote de sensibilização para a aprovação do PNPB foi de que se tratava de uma política energética com dimensão social, uma vez que, ao incluir os agricultores familiares pobres, sobretudo aqueles localizados geograficamente no Norte e no Nordeste do Brasil, estariade fato cumprindo com a promoção do desenvolvimento rural através da geração de emprego e renda.

Outro importante mecanismo instituído pelo PNPB foi a criação do Selo Combustível Social (CSC), através do Decreto Presidencial n° 5.297 de 06 de dezembro de 2005, que permite às empresas do setor a redução de impostos federais, condições mais vantajosas para o financiamento de projetos junto ao BNDES, entre outros benefícios, desde que cumpram determinados critérios exigidos pela legislação vigente (garantia de compra da matéria-prima da agricultura familiar,preços pré-estabelecidos, acesso a crédito e a assistência técnica).

O Selo Combustível Social (SCS) é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA à unidade industrial produtora de biodiesel que cumpre os critérios descritos nas suas normativas sobre o tema[7], e que confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (MDA, 2005).

Agricultores familiares, para a política do Biodiesel, são aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais[8]; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar econômica do seu estabelecimento ou empreendimento na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Esses agricultores deverão possuir a Declaração de Aptidão para a Agricultura – DAP emitida por órgão competente. Este conceito está descrito na Lei n º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (FAO/INCRA, 1996).

As usinas processadores do biodiesel beneficiadas com o Selo Combustível Social usufruem de benefícios fiscais, como isenção das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS, com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, variando de acordo com a matéria-prima adquirida e região da aquisição[9]; reserva de mercado de 80% do volume de biodiesel comercializado via leilões da ANP no Brasil[10]; acesso a melhores condições de financiamento no BNDES, Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil, entre outros (MDA, 2005).

Como contrapartida destes benefícios concedidos pelo Governo através da concessão do Selo Combustível Social, os proprietários das usinas assumem a obrigação de celebrar previamente contratos de compra e venda de matérias-primas com os agricultores familiares enquadrados no

[7] Atualmente a norma que estabelece regras para concessão, manutenção, renovação e cancelamento do Selo Combustível Social é a Instrução Normativa do MDA nº 01 de 19 de fevereiro de 2009.
[8] É uma unidade de medida agrária expressa em hectares definida para cada município, dependendo do sistema de produção predominante. A depender do município, 1 Módulo Fiscal varia de 5 a 110 hectares.
[9] Ver Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004; Decreto Nº 6.458, de 14 de maio de 2008 e Decreto Nº 6.606, de 21 de outubro de 2008.
[10] Ver Resolução Nº 5, do CNPE, de 3 de outubro de 2007.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF,ou com suas cooperativas e com anuência de entidade representativa da agricultura familiar; assegurar capacitação e assistência técnica gratuita aos agricultores com contratos; e adquirir um percentual mínimo de matéria-prima destes para produção de biodiesel.

O biodiesel torna-se um nicho de mercado interessante para a indústria dos biocombustíveis e desperta o interesse de investidores privados, sobretudo pelas facilidades de participação em leilões e outros benefícios que só seriam possíveis pela conquista do Selo Combustível Social. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis – ANP (2015), no Brasil existem 61 empresas produtoras de biocombustíveis, aptas para operar e comercializar biodiesel. Para que se tenha uma ideia, desse montante de industrias, 41delas possuem o Selo Combustível Social (MDA, 2015).Inclusive, a empresa Brasil Ecodiesel foi a primeira a receber a concessão do uso do Selo Combustível Social.

Foi ainda do contexto de formulação da política do biodiesel que, por interesses políticos, o Governo do Estado do Piauí regulamenta, sem discussão sobre a viabilidade ou não do projeto de produção, a Lei Estadual 5.333/2003, legalizando a doação de trinta e seis mil hectares de terras para fins de "reforma agrária privada" a ser gerenciada e explorada comercialmente por um grupo de investidores do mercado do biodiesel. A proposta de instalação de um núcleo de produção de mamona para a extração do biodiesel contava com força de trabalho das famílias assentadas na condição de parceiras rurais da empresa Brasil Ecodiesel. Ao término do contrato, com vigência de dez anos, as famílias que permanecessem ativas na parceria rural com a empresa teriam direito a receber a titularidade correspondente a vinte e cinco hectares das terras, no ano de 2014[11].

A parceria entre empresa e agricultores foi regulamentada pelo Contrato de Parceria Rural Agrícola, baseado na Lei de nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e pelo Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966 - o Estatuto da Terra. Nessa perspectiva, a nova posição social do agricultor parceiro não é a de assentado, pois eles não possuem legitimidade da política de assentamento rural, nem é ade proprietários das terras da Fazenda Santa Clara, e, no entanto, a configuração de parceria

[11] A terra prometida, termo que tomo emprestado das narrativas dos informantesao se referirem à situação de promessa de vinte e cinco hectares a cada família assentada ao término do contrato de parceria rural.

rural traz novos desdobramentos na forma como esses agricultores passam a se relacionar com o mercado, com a agroindústria e, sobretudo, com a produção em grande escala. Essa nova condição representou a perda da autonomia produtiva conforme saberes e práticas adquiridas anteriormente.

À luz destas observações, é possível inferir que essa parceria rural está longe da situação clássica estudada por Antônio Cândido (1987) no livro "Os parceiros do Rio Bonito", que, em linhas gerais, apresenta uma parceria de arrendamento, unindo parceiros e proprietários, num universo social em que as distâncias sociais e as distorções na gestão dos negócios são relativamente pequenas. Já essa relação de parceria entre agricultores e a agroindústria que ocorreu na Fazenda Santa Clara apresenta conflitos gerados pela incompatibilidade de interesses: de um lado o agronegócio demandando escalas de produção acima da capacidade da mão de obra dos agricultores parceiros, e do outro, os agricultores tensionando constantemente os formatos de relações de poder com extensionistas rurais, recusando-se a colocar em prática um calendário agrícola voltado exclusivamente para o mercado.

Ademais, tanto investidores como Governo esperavam que esse assentamento tivesse a capacidade de produzir oleaginosa para abastecer a refinaria da empresa Brasil Ecodiesel, instalada no município de Floriano, Piauí. No entanto, essas expectativas do poder público estatal foram frustradas nos quesitos inclusão social dos agricultores familiares do semiárido, desenvolvimento rural em áreas empobrecidas, e geração de renda para os agricultores familiares pobres; enquanto para os investidores da iniciativa privada, o não alcance da escala de produção necessária à manutenção das suas refinarias aumentou a tensão entre agricultores parceiros e a iniciativa privada.

Em suma, essa experiência foi marcada por constantes tensões e conflitos gerados a partir da tentativa de articulação de dois segmentos historicamente antagônicos na pirâmide da agricultura brasileira - o agronegócio e a agricultura de base familiar. Esses agricultores assentados na condição de parceiros rurais, sempre estiveram à margem das ações do Estado. Ademais, quando o poder público estatal os convoca para incrementar uma proposta de projeto produtivo que se propõe a distribuir terras ao final do contrato, esses agricultores enxergam ali a possibilidade de acesso à terra como proprietários para viabilizar a reprodução social do grupo familiar conforme será discutido nos próximos tópicos.

III – Sujeição do agricultor familiar ao mercado dos biocombustíveis: um desserviço à Reforma Agrária no Piauí

Partiremos da premissa de que aceitar o modelo de produção adotado pela empresa processadora de biodiesel era condição *sine qua non* para permanência dos agricultores no programa de produção de mamona, e, conseguintemente, para terem acesso à titularidade das terras conforme contrato assinado entre as partes (empresa, estado e agricultor).

Ao tomarem como ponto de partida as normas convencionadas em contrato, os agricultores, nos dois primeiros anos do projeto (2004/2006), se dedicaram a 8 hectares de cultivo de mamona. No entanto, chegaram à conclusão de que a quantidade de área plantada estava acima da capacidade de organização da mão de obra familiar e que a produção de culturas produtivas voltadas exclusivamente para o mercado não era o ideal de produção que almejavam para suas vidas naquele assentamento. Assim, a partir dessas constatações, novos conflitos começam a emergir e os agricultores parceiros passam a boicotar a produção de mamona. Por boicote entende-se o abandono proposital dos lotes e a simulação de estarem na roça fazendo os tratos culturais da mamona quando, na verdade, não os faziam.

Para os agricultores, a quantidade de hectares inviabilizava a realização dos tratos culturais que a mamona demandava diariamente. Mesmo que toda a mão de obra disponível na família fosse utilizada, ainda assim, não conseguiam realizá-lo. Por outro lado, essa absorção imediata de toda a mão de obra disponível na família inviabilizava a produção de outras culturas, destinadas ao autoconsumo, e a criação de pequenos animais.

As experiências desses agricultores com cultivos se deu em áreas de no máximo 2 hectares, nas quais envolviam todos os membros da família e, segundo informações das próprias famílias, em algumas situações costumavam contratar diárias extra familiar para a limpa e a colheita. Assim, entende-se que a grande quantidade de hectares por família foi um obstáculo inicial para o sucesso

da produção. Muitas famílias, ao perceberem que não dariam conta, resolveram abandonar os lotes da empresa.

Diante do abandono dos lotes plantados, a empresa reavaliou a quantidade de hectares por família e concluiu que a redução para quatro hectares estaria dentro da capacidade laboral das famílias. No entanto, essa redução não garantiu sucesso na produção, pois as resistências cotidianas dos agricultores se estendiam ao cultivo exclusivo de mamona, uma vez que ela não era utilizada nem na alimentação da família nemna dos animais.

Sobre o insucesso do modelo de produção da oleaginosa, o relatório técnico da empresa Brasil Ecodiesel (2009) aponta alguns fatores, dentre eles a baixa qualidade das sementes, ataques constantes das pragas, irregularidades na quantidade e distribuição das chuvas, e não realização dos tratos culturais por parte dos agricultores parceiros. Aliado a esses fatores, acrescenta-se que a gestão centralizadora e autoritária da empresa mais a pouca experiência e entusiasmo das famílias em relação à mamona como cultura principal colaboraram para o fracasso produtivo envolvendo a agricultura de base familiar e o agronegócio.

A partir dos resultados desta pesquisa conclui-se que o fracasso na integração da agricultura de base familiar à agroindústria do biodiesel se deu a partir de um conjunto de fatores, sendo eles: dificuldade para adaptação à produção de mamona, abandonodas práticas produtivas vivenciadas antes de virem para o assentamento, e a proibição da criação de pequenos animais nos lotes do assentamento. Ademais, todas essas questões terminaram acirrando disputas de poder entre os parceiros rurais e a empresa. Assim, os conflitos gerados pela adaptação e (re) significação das "novas" práticas sociais e culturais por parte dos agricultores parceiros transformaram esse assentamento num espaço de constantes tensões visíveis e latentes.

A lógica de produção desses agricultores era a de subsistência. A pressão para produzirem dentro das metas estabelecidas pela empresa, a fiscalização constante dos horários em que deveriam estar nos lotes cultivando a mamona, também contribuíram para o fracasso do modelo de produção idealizado pela agroindústria do biodiesel e governo do estado do Piauí.

Os desafios postos por esse modelo de produção baseado no mercado do agronegócio provocaram nos camponeses a necessidade de formular estratégias para a permanência e reprodução

social das suas famílias num ambiente que inicialmente se apresentava hostil. Nesse modelo de assentamento, as famílias assentadas vivenciaram o desequilíbrio entre a necessidade de produzir para o autoconsumo e gerar renda necessária à estratégia de reprodução social da família. Conviver com as constantes regras e proibições exigiu maior coesão social por parte das famílias, sobretudo daquelas que compartilhavam da mesma origem geográfica.

Outra questão importante a ser considerada é que quando se trata dos saberes e experiências acumuladas pelos camponeses, Suarez (1983) entende que o campesinato desenvolve um conhecimento, ou saber, que lhe é próprio, o que leva a pensar que sua reprodução depende desse saber, tanto quanto das relações de produção que se estabelecem.A reprodução dessas relações de produção depende da operacionalização do saber que rege o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que são elas próprias a condição para essa operacionalização. Dessa forma, a mamona enquanto principal cultivo passou a ser vista pelos agricultores como o símbolo do rompimento com os seus modos de vida anteriores.

O modelo de projeto de produção agrícola adotado pela empresa não reconheceu saberes e práticas dos agricultores assentados na condição de parceiros rurais, etal negação deflagrou, dentro dos grupos, resistência à produção de mamona, bem como estratégias cotidianas para a retomada da autonomia do trabalho, a qual perderam ao chegar no assentamento. Para Scott (2002), naquelas experiências cujos camponeses se encontram em uma situação-limite de controle, as estratégias na busca de espaços de autonomia nos processos produtivos tornam-se uma constante no cotidiano das famílias.

Nessa experiência piloto de produção de matéria prima integrando agricultura de base familiar e o agronegócio, ocorreu o que Suarez (1983) tratou teoricamentecomo marginalização da economia camponesa, com redução da aplicação do conhecimento tradicional na roça, em especial aquele direcionado para a produção de alimentos, o qual os agricultores estavam habituados a praticar. A autora mostra que experiências de desenvolvimento da agroindústria e da consequente valorização das terras, dentre outras questões relevantes, provocaram mudanças no tradicional processo de trabalho, orientado por um conhecimento camponês (SUAREZ, 1983).

O processo de modernização ou adaptação às mudanças implica na aquisição, por parte dos agricultores, de outro saber, mesmo reconhecendo que são portadores de um saber próprio, saber este que não apenas orienta a prática rotineira, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas, dissolutivas, de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança.

Por fim, no NPSC, a proposta de inclusão dos agricultores de base familiar à cadeia produtiva do biodiesel como estratégia de desenvolvimento rural, na prática foi marcada pelo processo de subordinação e sujeição ao valores nacionais do agronegócio. É preciso repensar modelos de integração produtiva que não fortalecem as bases de produção e a autonomia da agricultura familiar, não apenas manter antigos modelos que já demonstram ser ineficientes nos complexos agroindustriais no Brasil.

IV- Conclusões

O modelo de assentamento público-privado do NPSC desconsiderou a realidade social, cultural e produtiva das famílias assentadas, por tratar-se de uma proposta de produção comercial destinada exclusivamente à agro industrialização, que, na concepção dos agricultores parceiros, “não serve para alimentar a família nem os animais”. Eles atribuem à mamona a responsabilidade por terem que abandonar sua tradição produtiva, tais como: milho, feijão e mandioca.

Assim, é possível elencar algumas das principais mudanças provocadas nos seus modos de vida, a saber: a) a relação com a terra: parte considerável dessas famílias saíram da condição de arrendatários ou moradores num processo de sujeição e subordinação ao proprietário da terra, para a condição de parceiros rurais do agronegócio, submetidos a novas regras da produtividade, do mercado e do capital agrário; b) a dificuldade de se adaptar ao calendário agrícola da empresa: em razão de terem que abandonar suas culturas produtivas tradicionais, para produzir uma cultura não alimentar e que colocava em risco a reprodução social dos grupos domésticos, provocou conflitos que levaram o projeto de desenvolvimento rural a fracassar no que diz respeito à produção da mamona.Os agricultores parceiros desejavam produzir para comercializar, mas dentro da lógica de uma economia moral que valoriza suas próprias escolas e não a do agronegócio; c) produção em

grande escala voltada para o agronegócio: o cultivo da mamona interferiu negativamente no modelo de reprodução social das famílias de agricultores que foram assentadas na condição de parceiros rurais da agroindústria do biodiesel.

É importante mencionar que esses agricultores possuíam uma relação com o mercado, mas não no modelo adotado pela indústria do biodiesel, poderíamos dizer que eles estão mais próximos dos mercados aninhados (Ploeg, 2011) mais abertos, com fronteiras permeáveis e com diferenciação interna. Ainda nessa perspectiva, corroborando com o debate sobre a importância do mercado para os camponeses, Menezes (2002) afirma que a racionalidade camponesa não é algo unidirecional, na verdade compõe-se de uma associação de fatores econômicos, sociais e culturais. Assim, o acesso ao mercado é para eles de fundamental importância, porque o consumo da família não se resume aos bens produzidos, e é na comercialização do excedente que garantem o acesso a bens que não produzem.

O fato da empresa não ter levado em consideração a quantidade de mão de obra disponível por família e muito menos a falta de prática no cultivo de áreas acima de 3 hectares, colaborou com o descontentamento dos agricultores por terem que abandonar os cultivos para o autoconsumo, uma vez que a produção de mamona absorvia toda a mão de obra disponível, inclusive das mulheres que sempre estiveram responsáveis pelos cultivos dos roçadinhos e deixaram de cultivar para se dedicar aos lotes da cultivo da mamona.

Como resultado das tensões, conflitos e distensões, houve o abandono dos lotes de mamona nos períodos críticos para a cultura, como as épocas de realização dos tratos culturais e da colheita, repercutindo diretamente resultados negativos para a produção. O novo modelo de produção que previa integrar a agricultura familiar ao agronegócio desconsiderou os saberes técnicos acumulados experimentalmente. Ainda é preciso refletir sobre os processos sociais decorrentes dos projetos de desenvolvimento rural que buscam a integração da agricultura de base familiar a uma proposta de acesso a nichos demercado conduzida pelas mãos do agronegócio. Ademais, a natureza ideológica e econômica desses modelos de projetos, na maioria das vezes se opõe a uma realidade social e econômica dos agricultores familiares, tal como ocorreu na Fazenda Santa Clara.

Por fim, essa experiência no semiárido do Piauí demonstrou que produzir mamona a partir da agricultura de base familiar para atender uma demanda do agronegócio dos biocombustíveis provocou alterações significativas na relação dessas famílias com o trabalho, a produção, a alimentação, o mercado e o acesso à terra. Assim, entende-se a necessidade de reflexões contínuas à luz das atuais políticas públicas de inclusão socioprodutiva e distribuição de terras que submetem o homem do campo a projetos de desenvolvimento rural baseado na economia de mercado regido pelo capital agroindustrial. O Estado negligenciou quando mobilizou centenas de famílias em torno do sonho da conquista de um pedaço de terra para morar e cultivar, e não ofereceu a essas as mínimas condições de permanência e reprodução social nesses novos espaços geográficos. Dez anos se passaram e as famílias não receberam a titularidade dos lotes e vivem, atualmente, a incerteza de continuarem ou partirem para novas rotas de migração para garantir a reprodução social do grupo familiar.

Referência bibliográfica

BRASIL. **Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Disponível em<www.inovaçãotecnologia.com.br>Acesso em 25 de Mar.2009.
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMNETO AGRÁRIO (MDA) **Selo Combustível Social**. Disponível em www.mda.gov.br. Acesso em 20 de janeiro de 2016.
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMNETO AGRÁRIO (MDA). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Instrução normativa Incra n.º 15, de 30 de março de 2004. Diário oficial da União, n.65, seção 1, p.148, 5 de abril de 2004.
CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida.** São Paulo, 1987.
FAO/INCRA.1996: "Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê estatístico". Projeto UTF/BRA/036. Publicado em agosto 1996. Brasília.
FOUCAULT, M.**Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987. 280 p.
MENEZES, M. A.**O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott.** In: RAÍZES, v. 21, n. 1, p.21-44, jan./jun. 2002.
PLOEG, J. D. van der**. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.** Sociologias vol.13 no.27 Porto Alegre May/Aug. 201.
SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistência.** Mexico: Ediciones Era, 2000.

SUAREZ, M. et al. **Saber e reprodução camponesa.**In: Anuário antropológico. 81: Tempo Brasileiro. 1983. p. 147 -229.
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Tedesco, João Carlos (org), Agricultura familiar: realidade e perspectivas, Passo Fundo, UPF, 1998.